

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Contratação de empresa para fornecimento de pães e quitandas)

1. INTRODUÇÃO

Este documento caracteriza a primeira etapa para abertura de procedimento licitatório, demonstrando os estudos que nortearão a contratação e, conseqüentemente, o processo de contratação, de acordo com as necessidades do município.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar a melhor solução no mercado para a solução das demandas da administração.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais quanto ao fornecimento futuro e eventual de pães, quitandas e produtos correlatos, destinados ao consumo em atividades administrativas, institucionais, sociais e operacionais realizadas pelas diversas secretarias municipais.

A aquisição dos itens é necessária para garantir suporte alimentar em reuniões, treinamentos, cursos, campanhas, eventos institucionais, ações promovidas pelas Secretarias Municipais, atendimentos realizados pelos programas sociais, atividades da rede municipal de saúde, bem como em demais ações de interesse público desenvolvidas pela Administração Municipal.

Ressalta-se que os produtos pretendidos são de consumo frequente e indispensáveis ao adequado funcionamento das atividades administrativas e operacionais do Município, especialmente em situações que demandam fornecimento de lanches e cafés para servidores, colaboradores, usuários de programas públicos e participantes de ações institucionais.

Considerando que a demanda é variável e ocorre de forma parcelada ao longo do exercício, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais vantajosa para a Administração, por possibilitar maior controle do consumo, redução de desperdícios, economicidade e aquisições conforme a necessidade efetiva de cada órgão participante.

A contratação também se justifica pela necessidade de garantir produtos com qualidade adequada, preparados e acondicionados em conformidade com as normas sanitárias vigentes, assegurando condições apropriadas de higiene, conservação e segurança alimentar aos consumidores.

Dessa forma, a futura contratação visa assegurar a continuidade das atividades públicas municipais, proporcionando eficiência administrativa, atendimento adequado às demandas institucionais e observância ao interesse público.



3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratada deverá possuir requisitos mínimos para execução do contrato de forma satisfatória como:

- a) Possuir equipamentos para transporte adequado dos produtos
- b) Estar regulamentado perante os órgãos fiscalizadores.
- c) Estar em dia com a documentação fiscal.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALOR.

A quantidade estimada a ser contratada é de 12 itens distintos de quitandas cuja quantidade se baseia licitação vigente e pelo período de 12 meses. O estimado total desta contratação é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

5. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O procedimento em questão será executado como Registro de Preços, sendo assim, a Administração realizará empenhos mensais de acordo com a demanda dos órgãos municipais. Portanto, pela natureza do caso em tela, a contratação é feita de maneira global, porém os pagamentos são feitos parcelados, de acordo com os fornecimentos mensais.

6. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A abertura de procedimento licitatório visa garantir a economicidade na aquisição dos produtos adquiridos pela Administração. Sendo assim, tal procedimento considerou a demanda total pelos produtos listados anteriormente a fim de conseguir melhor preço entre os fornecedores que buscam vendas mais volumosas. Portanto, o resultado pretendido em tal procedimento é principalmente a economicidade e eficiência para o fornecimento dos itens mencionados.

7. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Sabe-se que a gestão de contrato é parte indispensável para uma boa execução daquilo que foi prometido pelas partes envolvidas. Dessa forma a fiscalização contratual é principal ferramenta que irá nortear as decisões a serem tomadas pelo gestor. Portanto, cabe a Administração capacitar aqueles que forem designados para o exercício da fiscalização contratual para que aquilo que foi ajustado pelas duas partes seja cumprido com legalidade, impessoalidade e eficiência, princípios basilares da Administração Pública.

8. CONCLUSÃO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A partir do exposto acima, conclui-se que a melhor solução para atender a necessidade da administração é a formação de registro de preços para fornecimento dos itens listados anteriormente através do pregão eletrônico, modalidade que gera maior possibilidade de economia para a administração. Não havendo, até o presente momento outra opção que atenda a necessidade do caso em tela.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo não foram abordados os elementos constantes nos incisos II, V, VII, XI E XII por não haver plano anual de contratações, por se tratar também de contratação simples que não demandam estudos ou técnicas aprofundadas para sua execução.

Ipameri, 19 de maio de 2026.

TIAGO MARTINS DA SILVA
Agente de Contratação